



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, de 2020, DO PODER EXECUTIVO, QUE ALTERA DISPOSIÇÕES SOBRE SERVIDORES, EMPREGADOS PÚBLICOS E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.

REQUERIMENTO Nº /2021 (Da Senhora Perpétua de Almeida)

Requer a realização de seminário regional para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão Especial promova seminário regional para ser debater a Reforma Administrativa (PEC 32/2020), a ser realizado na região sul do país e a ser coordenada pelos membros desta Comissão, titulares e suplentes, em sua respectiva região.

- Fabiano Zalazar, Coordenador Geral do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul (SINDJUS/RS);
- Marco Velleda, Coordenador Regional Sul da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados (FENAJUD).

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, originária do Poder Executivo, propões a alteração de dispositivos que tratam sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Em linhas gerais, a PEC trata da desconstitucionalização dos direitos, remetendo para leis complementares e ordinárias; ao fim do Regime Jurídico Único (RJU), a instituição de novas modalidades de contratação e as formas de ingresso no serviço



público; o fim da estabilidade como regra e uma estabilidade mitigada para os cargos típicos de Estado; o fim das promoções automáticas por tempo de serviço; extinção de vantagens; a transferência da execução de serviços públicos da União para estados e municípios e entidades privadas, entre outras.

Tendo em vista o impacto que essa proposta de emenda constitucional causará ao Estado brasileiro e na prestação de serviços à população, propomos a realização de uma audiência pública com representantes de diversas entidades representativas do serviço público brasileiro, de diferentes áreas, para fomentar e aprofundar o debate e oportunizar a exposição de posicionamentos sobre o tema.

Diante das significativas alterações no regime jurídico dos servidores e empregados públicos, por se tratar de assunto de grande relevância nacional, a realização de audiência pública com os convidados indicados para que sejam discutidas as alterações pretendidas pela proposta.

Sala da Comissão, de junho de 2021.

Deputada Perpétua de Almeida
PcdoB/AC

